

Covas tenta explicar o atraso

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, insistiu ontem que o adiamento da instalação das subcomissões foi motivado pela necessidade de ampliar consultas no partido, o que ele passou o dia fazendo e deve continuar ocupando-se da questão nesse final de semana. Pela manhã, das 8 às 10 horas, o senador paulista reuniu-se com o líder peemedebista na Câmara e coordenadores das bancadas estaduais. À tarde, ele permaneceu em seu gabinete com os vice-líderes, fazendo consultas telefônicas a numerosos peemedebistas.

No encontro da manhã, ficou decidido que os 11 deputados do PMDB de cada subcomissão indicarão os presidentes, vice-presidente e relatores de cada subcomissão, por consenso. Se não for possível esse entendimento, os cargos serão preenchidos por meio de eleição, pelos 11 deputados peemedebistas de cada subcomissão. Todos os participantes da reunião aprovaram a idéia.

Ficou também acertado que uma das 26 parlamentares fará parte da Comissão de Sistematização, provavelmente as deputadas Ana Maria Rattes ou Abigail Feitosa. No final da tarde, já haviam sido compostas algumas subcomissões e o senador Mário Covas enviou à Mesa a relação completa dos seus integrantes. Ele disse que a comissão encarregada

dos tributos é a que está sendo mais difícil de compor, pois a maioria quer ocupar-se da distribuição dos tributos pela União, Estados e municípios.

SÓ BARULHO

"Isso tudo é uma tempestade em copo d'água", desabafou, ontem, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, ao tentar, mais uma vez, diminuir a importância do cargo de relator da Comissão de Sistematização, ao qual ele é um dos candidatos — disputando com Pimenta da Veiga e Bernardo Cabral — e pregar que a escolha, que se dará quarta-feira, deverá ser por consenso e não pelo voto.

Fernando Henrique Cardoso afirmou, nessa interpretação, que o mais importante é a decisão do plenário, este realmente soberano dentro da Constituinte, que fará valer a opinião da maioria dos constituintes, não importando o que pessoalmente o relator pretenda colocar no texto da nova Constituição.

Ele lembrou, ainda, que pelo regimento interno da Constituinte — elaborado, por sinal, por ele mesmo —, se na Comissão Constitucional Temática o parecer-substitutivo do relator for derrotado pela maioria, ele será destituído do cargo e substituído por um outro, encarregado de fazer novo parecer-substitutivo que espelhe a decisão da maioria dos constituintes naquela comissão.



Alencar Monteiro

Coordenadores de bancadas reúnem-se com Covas

Congresso pode decidir sobre chefes militares

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

As Forças Armadas destinam-se a executar a política de segurança nacional e à defesa do País, bem como a garantia dos poderes constituintes, da lei, da ordem e do respeito aos direitos humanos. É o que estabelece sugestão de norma à Constituinte apresentada ontem pelo deputado Davi Alves Silva (PDS-MA), que submete, ainda, a escolha dos comandantes-chefes das três Armas à prévia aprovação do Congresso.

Esta é uma das 40 propostas apresentadas ontem à Mesa da Constituinte, que já numerou, por assunto, 362 sugestões, de um total de cerca de 500 até agora oferecidas pelos constituintes. O senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA) foi o recordista de propostas de ontem, com a apresentação de 15 sugestões de medidas de proteção-ao menor, ao idoso, aos aposentados e à mulher.

O deputado Victor Faccione (PDS-RS) apresentou proposta determinando a incidência de imposto de Renda sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelos cofres públicos, inclusive a parlamentares, magistrados e militares, hoje isentos do tributo. O objetivo da medida, segundo explicou, é a "moralização da coisa pública, de justiça social e de respeito aos cidadãos e aos poderes constituídos".

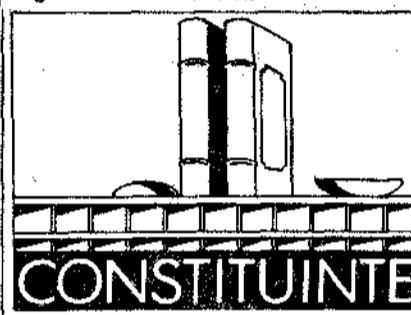
No final da tarde, o deputado José Sarney Filho (PFL-MA) encaminhou à mesa cinco propostas à Constituinte: criando a Justiça Agrária, destinada a julgar os conflitos de terra; disciplinando a transferência de recursos tributários às regiões Norte e Nordeste, destinando-lhes dois terços do montante global da arrecada-

ção de impostos federais; isenção do Imposto de Renda para quem ganha até oito salários mínimos e o máximo de 20% para contribuintes que tenham uma única fonte pagadora.

Outra proposta de Sarney Filho proíbe a fabricação de artefatos bélicos nucleares no Brasil. Em outra sugestão, ele estabelece a neutralidade do Brasil nos conflitos internacionais. Finalmente Sarney Filho cuida do meio ambiente, estabelecendo que é "dever de todos e do Estado promover a preservação e recuperação do meio ambiente".

TANCREDO

Dia 21 de abril, às 15 horas, a Constituinte realizará sessão extraordinária destinada a homenagear Tancredo Neves, lembrando o segundo ano de sua morte.



Ao anunciar a convocação desta sessão o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, disse que a homenagem não poderia deixar de ser prestada porque Tancredo Neves fez a sua pregação política centrada na necessidade de uma Constituinte.

O presidente da Assembléia Nacional disse que entrará em contato com as lideranças partidárias para que designem os oradores para a sessão prevista.

Deputado condena o avanço do Estado na atividade econômica

AGÊNCIA ESTADO

O "avanço do Estado sobre as atividades privadas" foi condenado em Brasília, pelo deputado federal José Santana de Vasconcelos (PFL-MG). Para ele, o Estado deve limitar-se "às suas funções de prestador de serviços de utilidade pública".

Na opinião de Santana, só as empresas estatais que prestam serviços públicos devem ser privilegiadas no novo texto constitucional que será elaborado pela Assembléia Nacional Constituinte. As estatais que atuam nos setores que deveriam ser ocupados pela iniciativa privada, segundo o deputado, são "as grandes responsáveis pelo crescimento imensurável do processo inflacionário e do endividamento e, por isso, não podem gozar de qualquer privilégio constitucional".

José Santana, ex-presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, assinalou que "o Estado, nos dias atuais, é tutelador e está infiltrado em todas as áreas". Além disso, "passou a ser um desafio ainda não solucionado o efetivo controle das entidades paraestatais" e "o programa de privatização das estatais continua por demais lento". O deputado observou que, no Brasil, um dos mais graves problemas econômicos "reside exatamente no aspecto dos orçamentos das estatais e paraestatais", e aconselhou:

"Precisa o setor privado voltar a ter o papel de destaque na retomada do crescimento do País, limitando-se o Estado às suas funções de prestador de serviços de utilidade pública". Para o deputado de Minas Gerais, torna-se "indispensável" a inclusão de um "estatuto das empresas estatais" no futuro texto constitucional, e este estatuto deve prever o acompanhamento de todas as ações e gas-

tos das estatais pelo Congresso Nacional.

José Santana explicou que o estatuto reforça constitucionalmente as atividades do setor privado, na medida em que fixa o poder de ação das estatais apenas nos setores de prestação de serviços. Este, conforme disse, é um tema que requer ainda maior debate. Não só na Constituinte, mas em um universo maior onde possam ser expressados os pensamentos dos empresários privados e de todos os outros segmentos da sociedade brasileira.

O representante do PFL mineiro na Constituinte concorda com o ministro do Tribunal Federal de Recursos, Carlos Mário da Silva Veloso, segundo o qual a intervenção do Estado, como agente disciplinador e promotor da economia, merece atenção maior dos constituintes, para torná-lo mais eficaz. Da mesma forma como o ministro, Santana acha que "tem sido imposto excessivo controle a certos setores da economia, muitas vezes prejudicial ao bom desempenho da atividade econômica".



José Santana de Vasconcelos

Projeto obriga os deputados a pagar imposto de Renda

Necessitam os estabelecer a autoridade da Constituinte também de forma ética, n oral", proclamou ontem, no plenário da Constituinte, o deputado Victor Faccione (PDS-BA) ao anunciar uma iniciativa com esse objetivo.

O deputado disse estar colhendo assinaturas regionais de apoio para apresentar projeto de resolução suspendendo o privilégio de que gozam os parlamentares, de não pagar imposto de Renda.

"Na hora em que o contribuinte, o trabalhador, o assalariado, a classe média", disse, "é massacrada pelo imposto de Renda de forn a voraz e impiedosa, nós, constituintes, temos de dar exemplo, pois a isenção, o privilégio atentam contra a soberania da Constituinte, desgastando a nossa imagem".

O deputado Florestan Fernandes (PT-SP) disse que também é contra esses privilégios, mas entendia que se devia seguir um dos dois caminhos: ou deixar a questão para ser tratada na comissão constitucional com patente ou então acabar logo com o privilégio fiscal de que desfrutam também os militares e os magistrados.

Mesa decide na segunda quanto crédito pedirá

A Mesa da Constituinte reúne-se pela primeira vez, nesta segunda-feira, para discutir vários assuntos administrativos relacionados com os trabalhos constituintes, entre eles a solicitação ao Executivo de recursos suplementares para cobrir despesas com a compra de equipamentos de som e a contratação de taquígrafos para a gravação dos debates das comissões e subcomissões.

O primeiro-secretário da Mesa, deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), informou ontem que a verba suplementar só será solicitada quando os recursos próprios da Câmara e do Senado forem esgotados. O diretor-geral da Câmara, Aldemar Sabino, que será o gestor dos gastos da Constituinte, já calculou, preliminarmente, que serão necessários cerca de R\$ 10 bilhões apenas para a compra de equipamentos de som e de gravação, que depois vão ser incorporados ao patrimônio do Congresso.

Marcelo Cordeiro informou, ainda, que será discutida, na reunião da Mesa, a transmissão ao vivo no rádio e na TV dos trabalhos constituintes, prevista no Regimento Interno. Ele vai propor a contratação de uma agência publicitária ou de uma equipe especializada no assunto.

'A Constitucionalite é doença grave', diz Reale

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

O jurista Miguel Reale afirmou ontem, em palestra para prefeitos e vereadores gaúchos, que rejeia um "totalitarismo constitucional", isto é, que a Assembléia Nacional Constituinte exagere nas minúcias do texto da nova Carta e não deixe nada a ser feito pelos legisladores futuros, já que tudo ficaria pré-determinado agora. Reale observou que "a constitucionalite é uma doença perversa".

A palestra sobre o tema "Os Estados e os Municípios na Nova Constituição Brasileira", fez parte dos trabalhos da Comissão de Estudos Constitucionais da Assembléia Legislativa gaúcha, presidida pelo deputado Jarbas Lima, do PDS. Nela, Miguel Reale criticou o que considerava morosidade no andamento do trabalho da Constituinte. "Parada como ela está, a Nação fica em suspensão", disse.

Em sua opinião, a nova Constituição deveria ser feita, no máximo, em seis meses, mas ele está certo de que esse prazo será superado em muito. Também se referiu à correlação de forças partidárias: "A nova Carta não pode ser só de um partido. Ela deve ser pluripartidária e seus membros não deveriam estar preocupados em ocupar cargos, o que infelizmente está acontecendo. E arrematou: "É por isso que ela não anda".

Ele propõe que a nova Constituição seja descentralizada política e economicamente, para que os Estados e municípios tenham maior auto-

nomia, evitando que tudo fique concentrado apenas na União, como acontece hoje.

Quanto à forma de governo a ser decidida, o jurista entende que, até por falta de maior experiência do País, o ideal seria um misto de parlamentarismo com presidencialismo. "Na minha concepção, nesse jogo de alternativas, poderia surgir a figura do ministro-coordenador, a ser escolhido num acordo entre o presidente da República e o Congresso Nacional", sugeriu. Ele acentuou que esse ministro teria a função de dividir responsabilidades com o presidente. Quanto à polémica questão do tempo de mandato do presidente José Sarney, Miguel Reale preferiu não opinar.



Miguel Reale

Comissão da OAB vai assessorar os trabalhos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) prestará assessoria permanente à Assembléia Nacional Constituinte através de comissão constitucional a ser integrada por "expoentes do cenário jurídico nacional", informou ontem o presidente da entidade, Márcio Thomaz Bastos. Além do caráter consultivo, a comissão fará uma avaliação periódica dos trabalhos da Constituinte, contando com nomes como Miguel Seabra Fagundes, Fábio Comparato, Evandro Lins e Silva, Geraldo Ataliba e Celso Antônio Bandeira de Mello.

A nova direção da OAB, empossada esta semana em Brasília, pretende, ainda, implantar um processo de articulação com setores da sociedade civil, entre os quais a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e sindicatos.

Márcio Bastos anunciou um encontro, para os próximos dias, com dirigentes da CUT e da CGT, para discutir os pontos de interesse comum da classe trabalhadora.

Segundo o presidente da OAB, a sociedade brasileira quer que se escreva uma Constituição onde os interesses do trabalho prevaleçam sobre os interesses do capital.

Mandato, mais perto de solução

O polémico tema da duração do mandato do presidente José Sarney deverá estar resolvido, segundo previsão do líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, dentro de no máximo um mês e meio, quando a Subcomissão do Poder Executivo da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo der seu parecer sobre o assunto.

Fernando Henrique Cardoso disse que nas suas conversas com o presidente José Sarney nunca ouviu dele preocupação específica com a duração do seu mandato: "O que o presidente Sarney disse é que gostaria de ver resolvido, dentro da Aliança Democrática, esse assunto" — explicou.

A questão do mandato presidencial, segundo Fernando Henrique Cardoso, não tem pressa, vai ser tratada no devido tempo pela comissão específica e nas disposições transitórias, onde ficará fixado o limite do tempo de duração do mandato do presidente José Sarney.

Os candidatos a relator na TV

Os três candidatos a relator da mais importante das comissões constitucionais, a de Sistematização, estarão terça-feira no programa "Brasil Constituinte", que a TV Manchete leva ao ar às 22h20. Até lá, é bem provável que ainda não esteja decidida a disputa entre Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, e os deputados Bernardo Cabral (AM) a Pimenta da Veiga (MG).

Apresentado por Alexandre Garcia e Marilena Chiarelli, "Brasil Constituinte" pretende esclarecer como funcionarão as oito comissões temáticas que escreverão a nova Constituição e a importância da Comissão de Sistematização, encarregada de dar a redação final à Carta.

Seu relator poderá ser escolhido em eleição, e não por indicação direta do líder na Constituinte. A informação foi dada pelo próprio senador Mário Covas e por vice-líderes peemedebistas, que ontem se reuniram durante todo o dia e deverão continuar conversando no fim de semana. Covas parece ter preferência por Bernardo Cabral, mas no partido a maioria admite que a escolha está muito difícil.